



**Assunto: Petição N.º 256/XIII/2.ª - Resposta ao pedido de informação**

**Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência**

**Deputado Alexandre Quintanilha.**

Nos termos do Ofício n.º 201/8ª – CEC/2017 11-04-2017, remetido por V. Exa, a **ATILGP** - Associação Tradutores Intérpretes de Língua Portuguesa vem por este meio pronunciar-se sobre o teor da **Petição N.º 256/XIII/2.ª**, subordinada ao assunto **“Resolução da situação contratual precária ao longo dos anos dos técnicos especializados nas escolas”**, da iniciativa de Ana Maria Magalhães.

Face ao conteúdo da petição em epígrafe a ATILGP destaca que no panorama nacional, os intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (LGP) encontram-se em grande número a desempenhar funções nas Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos (EREBAS) onde traduzem e interpretam para os alunos surdos, designadamente alunos com **necessidades educativas especiais de caráter permanente**. A legislação em vigor referente aos concursos de contratação de escola (Decreto-lei nº. 132/2012) traz implicações à admissão dos intérpretes de LGP, que por vezes são contemplados pelas escolas enquanto docentes e outras vezes enquanto técnicos especializados. O aspeto mais preocupante prende-se com a precaridade profissional dos intérpretes de LGP que não têm condições de progressão de carreira nem sequer contratos que lhes garantam alguma estabilidade, apesar de permanecerem a desempenhar as mesmas funções ano após ano.

Esta situação é ainda agravada pelos procedimentos concursais em vigor que intensificam a ansiedade e insegurança sentida por estes profissionais. A abertura tardia dos concursos, a disparidade de critérios de seleção utilizados pelas diferentes escolas, as diversas exigências na elaboração de portefólios e a ambiguidade na avaliação das competências por entrevista são apenas alguns aspetos.

**UPI RUA DO TÂMEGA, S/N 4200-502 PORTO**

Telefone: 915081662 E-mail: [direcao@atilgp.pt](mailto:direcao@atilgp.pt) NIF: 508288789

IBAN: PT 50 0010 0000 5103 3350 0011 3

[www.atilgp.pt](http://www.atilgp.pt)



Para ultrapassar estas dificuldades de forma a rentabilizar o trabalho destes profissionais em benefício dos alunos e do sucesso escolar, simultaneamente combater a precariedade laboral a ATILGP sugere:

1. Lugares de quadro nas Escolas de Referência de Educação Bilingue de Alunos Surdos (EREBAS).
2. Concurso a nível nacional - criação de uma lista única e graduada para efeito de colocação.
  - ✓ Uniformização dos subcritérios.
3. Contratos anuais a termo que tenham início a 1 de setembro e término a 31 de agosto.
4. Ingresso na carreira de técnico superior.

A ATILGP apresenta o diálogo como ferramenta primordial para defender a profissão e conquistar melhores condições de trabalho, pelo que os aspetos acima referidos são síntese de debates promovidos por esta Associação, em Assembleia Geral, com os associados e em reunião aberta com outros organismos, instituições ou movimentos envolvidos nesta temática. Trabalhamos também em uníssono com grupos de técnicos especializados citados na petição em causa, em prol do fim da precariedade laboral de todos os profissionais da educação e em defesa da qualidade da Escola pública, reiterada na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases do Sistema Educativo.